



Entidade envia denúncias contra Judiciário ao STJ e MP

15/03/2001

Entidades da sociedade cearense se organizaram e criaram o “Observatório do Judiciário” para fazer um “controle externo” da Justiça. Na próxima terça-feira (20/3), durante a reunião do “Observatório do Judiciário”, serão discutidas as denúncias apresentadas pelo deputado estadual João Alfredo (PT), autor do pedido da CPI no Judiciário cearense, e encaminhadas ao TJ-CE, STJ e MP.

Desembargadores acusados de corrupção, enriquecimento ilícito e tráfico de influência terão seus nomes enviados aos órgãos da Justiça. O encaminhamento das denúncias ficou decidido na reunião da entidade, esta semana.

As opiniões ficaram divididas na reunião. Uma das correntes é contrária a entrega das denúncias ao Tribunal de Justiça porque entende que o ato inviabilizaria as chances de instalação da CPI do Judiciário, suspensa pela Assembléia Legislativa, que decidiu dar um “crédito de confiança” à nova direção do TJ.

Uma segunda corrente entende que a entrega das denúncias será um desafio à capacidade do Judiciário de investigar seus próprios membros. Esta corrente entende que, se o Judiciário não der uma resposta à sociedade, a instalação da CPI será irreversível.

O deputado João Alfredo, que faz parte da segunda corrente, esclarece que a entrega das denúncias não significa dar um “voto de confiança ou desconfiança, nem de abrir mão da luta pela CPI”.

O parlamentar – e a maioria dos membros do “Observatório do Judiciário” –, duvida que as denúncias sejam de fato apuradas. “Muitos desses casos já eram do conhecimento do Tribunal e não foram apurados”, afirma.

Segundo o deputado, as irregularidades detectadas na prestação de contas do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (Fermaju) seriam suficientes para a instalação de uma CPI.

De acordo com o parlamentar, de 1992 até hoje, nenhuma prestação de contas do Fermaju foi aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Desde que foi criado, o Fundo mantido por taxas processuais já arrecadou quase R\$ 100 milhões. Grande parte do dinheiro foi usada para a construção de fóruns municipais, casas de juízes no interior e o novo prédio do Tribunal de Justiça.

“A questão do Fermaju, por si só, já justificaria a CPI, o que possibilitaria a quebra de sigilo (bancário e fiscal) e o exame de sinais de enriquecimento (ilícito)”, afirma João Alfredo.

As reuniões estão acontecendo na sala da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, da qual o deputado João Alfredo é presidente.

Entidades que compõe o Observatório do Judiciário

Comissões de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, da Arquidiocese, do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Jornalistas; Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB; Centro de Assistência Jurídica Universitária da UFC; CUT; Associação dos Parentes e Amigos das Vítimas de Violência; Procuradoria Geral de Justiça; Instituto da Memória do Povo Cearense; OAB-CE; Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Anistia Internacional; DCE e Faculdade de Direito da Unifor; Cedeca.

Fonte: *O Povo*

Revista **Consultor Jurídico**, 15 de março de 2001.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2001-mar-15/entidade_envia_denuncias_judiciario_stj_mp/